



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 310 - DE 21 DE NOVEMBRO a 05 DE DEZEMBRO DE 2005 - R\$ 1,50

Volta a crescer a crise política

**Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia,
é preciso manter a independência de classe:**

Tribunais Populares

**para julgar o governo e punir a
burguesia por seus crimes de classe!**

**Professores-SP: Balanço
do Congresso do Sinpeem**

**Fundeb é continuidade da
destruição do ensino público**

Pela consciência de classe proletária negra

**Congresso da Ubes: real independência é ruptura da Ubes
com o governo do PT/Lula, oposição revolucionária**

**França: a juventude
sem perspectivas
se rebela contra a opressão**



Denúncias

O governo do PT/Lula sangra o país

Às vésperas de completar três anos, com nenhuma promessa de campanha eleitoral cumprida e em meio a uma avalanche de denúncias de corrupção, o governo Lula seguiu à risca as diretrizes do FMI. Retirou dos cofres públicos R\$299,4 bilhões (janeiro de 2003 a setembro de 2005) para pagamento de juros da dívida externa. Conseguiu o feito de superar o neoliberalista Fernando Henrique Cardoso, que enviou R\$268,3 bilhões, nos seus últimos quatro anos de governo. Isso é monstruoso para um país que carece de emprego, escola, saúde e moradia para milhões de brasileiros.

Ainda mais grave: de 1995 até hoje, o Brasil pagou R\$1,325 trilhão em juros da dívida do setor público. O que significa que tudo que foi produzido no Brasil durante quase um ano foi para cobrir os juros. No mesmo período, o governos FHC e Lula, aplicaram em investimentos públicos 133,8 bilhões, o que equivale quase 6 vezes menos do que foi pago em juros. Torna mais grave se levarmos em conta o que esses governos aplicaram em saúde, educação e saneamento básico, que somando tudo atingiram R\$343,3 bilhões, portanto quatro vezes menos que o que foi retirado para o pagamento de juros.

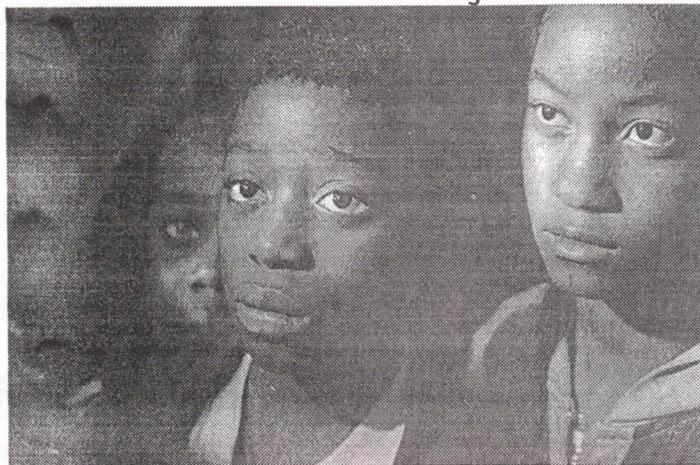
O PT assumiu o governo com o compromisso de manutenção dos acordos de pagamento das dívidas interna e externa (Carta aos Brasileiros). Não por acaso, com quase três de mandato, Lula investiu apenas R\$25,7 bilhões. Mas manteve o superávit primário, mecanismo exigido pelos credores imperialistas, no mais alto patamar. O superávit primário é o caixa para o cumprimento dos acordos com os banqueiros. Retira parte do dinheiro dos serviços essenciais, 20%, da saúde e educação, por meio do Desvinculação de Recursos Públicos (DRU) para compor o superávit fiscal.

Os atritos que ocorreram entre o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, se dão em função dos baixos investimentos e da rigidez no cumprimento da diretriz do FMI. A adoção da orientação dos credores imperialistas impede que medidas reformistas do PT sejam colocadas em prática, a exemplo da reforma agrária, da elevação de 4% para 7% do PIB em recursos para a educação e elevação do salário mínimo.

As potências imperialistas sangram as economias dos países semicoloniais, como o Brasil, por meio de governos subservientes. A destruição do patrimônio nacional por meio das privatizações, na era FHC, os cortes de verbas aos setores essenciais através das reformas da Previdência, educação e de medidas de arrocho salarial e precarização das relações de trabalho respondem a mesma diretriz do grande capital. Ou seja, reduzir ao máximo a responsabilidade do Estado para com os serviços públicos e ampliar as privatizações. Esse receituário sangrou as riquezas nacionais e condenou milhões de explorados à miséria.

O PT, que teve em seu percurso a fama de reformista-nacionalista, encerrou seu ciclo como pró-imperialista e corrupto.

Uma tarefa democrática: eliminar todas as formas de racismo e discriminação



Quase metade de população brasileira é negra. Os dados divulgados recentemente pelo Relatório de Desenvolvimento Humano indicam que 53,7% da população é branca e 44,7% é negra. O Relatório faz parte do Programa das Nações Unidas (Pnud), portanto um organismo de pesquisa imperialista, foi confeccionado tomando por parte os últimos anos e o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e usou a separação do contingente negro em pretos e pardos.

O que demonstra?

1.O Brasil está na 73ª posição mundial, tomando o IDH. Enfatiza se se considerar apenas a parcela branca, o lugar do Brasil seria a 44ª e se levar em conta somente a negra, passaria para 104ª;

2.Entre os 10% mais pobres, os negros ficam com 70%;

3.A taxa de analfabetismo é mais do que o dobro: 18,7% são negros e 8,3%, brancos;

4.O número de mortes por cem mil habitantes, em todas as faixas etárias, é maior na do negro. Mas é mais violenta entre 20 a 24 anos: brancos, 102,3 e negros 403,9.

5.A juventude negra de 18 a 24 anos que atinge a universidade é de 2,5% e a branca 11,7%.

6.A expectativa de vida dos negros é de 66,15 anos e a do branco 71,53;

7.A renda per capita do branco é R\$ 406,53 e do negro R\$162,75.

Esses dados põe em evidência que:

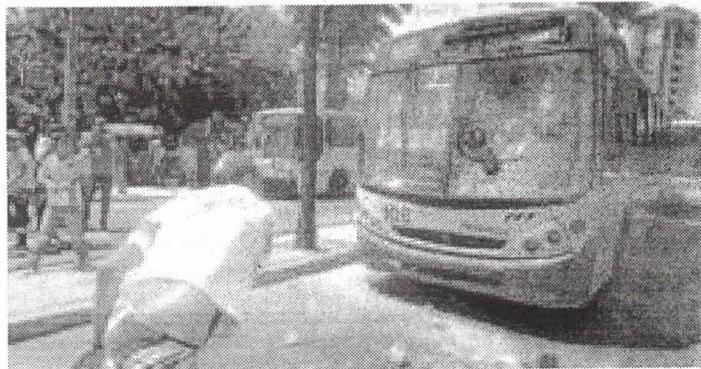
1.A brutal colonização escravista condenou gerações inteiras à mais profunda miséria. A Metrópole portuguesa usou o escravismo negro para beneficiar a minoria branca exploradora. O capitalismo não incluiu e não incluirá as maiorias pobres negras à produção e ao acesso aos bens produzidos. A distância entre brancos e negros em todos as esferas indicam a manutenção da opressão social. Isso não quer dizer que boa parte da população branca não seja também de miseráveis. Conforme agudiza a crise econômica, atinge ainda mais os pobres com o desemprego, o subemprego e os baixos salários, portanto a maioria negra;

2. É distracionismo pequeno-burguês a defesa das “reparações históricas” por meio das “políticas afirmativas”. Não se trata de “incluir” a conta-gotas parte dos pobres negros. A política de cotas às universidades, nos organismos sindicais etc não atingirá a grande massa negra, alijada pelo analfabetismo e pela barbárie da fome;

3. A pobreza dos negros é fruto da exploração de classe. A consciência negra deve ser de classe. O que significa lutar contra o sistema econômico que reforça as raízes da opressão social.

A principal conclusão é de que o proletariado brasileiro é constituído, em grande parte, de negros. Uma das particularidades do Brasil, que teve um passado colonial-escravista, é que a tarefa democrática de eliminar o racismo e as discriminações depende da revolução proletária. Essa será realizada pela aliança operária e camponesa. A maioria negra e branca pobre constitui a força capaz de eliminar o domínio econômico e político da burguesia. A expropriação da burguesia permitirá que o proletariado elimine não só a discriminação contra o negro mas todas as variantes de opressão.

Recife: estudantes se rebelam



O reajuste de passagens de ônibus de 9, 55% levou os estudantes de Recife às ruas para protestar. Com piquetes, apedrejando e incendiando ônibus, enfrentaram a polícia e sua tropa de choque. Poucos dias antes, em Maceió, houve outro protesto estudantil, pelo mesmo motivo.

O dirigente da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco) Geraldo Vilar Filho disse que as pessoas que foram identificadas quebrando ônibus não são ligadas ao movimento estudantil. “Nosso protesto é pacífico e não temos nada a ver com as depredações.” A direção governista ligada ao PCdoB e PT se revela reacionária e se junta à direita para condenar a rebeldia dos estudantes.

A luta dos estudantes de Recife espelha a luta da juventude francesa. O capitalismo não pode dar mais nada à juventude: a maioria está sem emprego, é expulsa da escola e está sem perspectiva de vida. A rebeldia dos estudantes tem de se organizar em luta anticapitalista, ou se dispersará com o tempo. Cabe ao partido revolucionário organizar a juventude para ajudá-la a concentrar sua luta na destruição do capitalismo que a leva à desintegração.

Haiti: governo do PT/Lula denunciado

Um grupo formado por ativistas dos direitos humanos, políticos e acadêmicos americanos apresentou no início de novembro uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da OEA (Organização de Estados Americanos), acusando os governos brasileiro e americano de violações no Haiti. As tropas da ONU no país, lideradas pelo Brasil, são acusadas de matar civis e de não agir para evitar outras mortes causadas pela polícia haitiana. O governo norte-americano, por sua vez, é acusado de fornecer armas e munições à polícia haitiana. A petição em causa sugere que “há um modelo sistemático de assassinatos extra-judiciais e massacres em Porto Príncipe, perpetrados pela Polícia Nacional Haitiana e forças da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti), sob o comando brasileiro”. Um dos casos apresentados acusa a Minustah de ter matado pelo menos 63 pessoas e ferido outras 30 quando mais de 300 homens fortemente armados invadiram o bairro pobre de Cité Soleil, em Porto Príncipe, na madrugada do dia 6 de julho de 2005.

A submissão do Brasil ao imperialismo o coloca como instrumento de opressão nacional sobre o Haiti. Por isso, cabe exigir: fora as tropas brasileiras e da ONU do Haiti! Autodeterminação dos povos!

Opressão imperialista

Os Estados Unidos usaram o pretexto da fabricação de armas químicas para invadir o Iraque e destituir o governo de Saddam Hussein. Nenhuma arma química foi encontrada para provar. Mas descobriu-se que os soldados os EUA é que já usaram no Iraque o fósforo branco para combater seus adversários. O fósforo branco é extremamente letal, pois queima os seres vivos até os ossos, não adianta jogar água. Foi usado nos ataques de Napalm na guerra do Vietnã.

Outra arma química utilizada foi o uso de detritos nucleares nas bombas jogadas, fato denunciado pelos próprios soldados norte-americanos, afetados com a radiação causada por essas bombas.

Descobriu-se também que não é apenas em Guantânamo que existe prisão militar em regime de exceção completa de legislação. Outras bases militares dos EUA pelo mundo abrigam também as prisões para os inimigos do imperialismo, que são para lá levados para serem torturados e até mortos, sem que raciaia qualquer lei ou acordo que os proteja.

É o imperialismo que assassina com todos os métodos para impor sua vontade política e econômica pelo mundo. O fim dos assassinatos em massa pelas armas químicas e o direito de autodeterminação dependem da luta antiimperialista e anticapitalista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

A crise do governo PT\Lula

Retomada das denúncias contra o PT\Lula

A oposição burguesa retomou o bombardeio sobre o governo Lula. Houve o arrefecimento da crise como compasso de espera. PFL e PSDB viram que não houve o desgaste necessário do caudilho Lula perante a população. O governo respirou com as denúncias contra o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que momentaneamente tiraram de foco o Presidente da República. Ministros foram afastados, parlamentares renunciaram, a principal figura do escândalo inicial, o deputado Jefferson foi cassado e a cabeça do ex-ministro José Dirceu está posta na guilhotina.

A substituição de Severino por Aldo Rabelo (PCdoB) na presidência da Câmara constitui um trunfo do governo contra as pressões da oposição burguesa. Foi tomado como um sinal de que a crise estava no seu fim. O PT abafou a crise interna com a eleição da "nova" direção, que permaneceu sob o controle do Campo Majoritário.

Esses acontecimentos permitiram a Lula considerar que a fase aguda do choque com a oposição havia passado. No entanto, desde meados de outubro, PFL e PSDB colocaram sua artilharia diretamente contra o Presidente. Parlamentares e ministros petistas foram abatidos, restam dois pilares – o PT como um todo e o caudilho renitente. A CPI retomou a acusação de que membros da alta cúpula do PT estão envolvidos no assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. A acareação com o assessor de Lula e os irmãos de Celso Daniel apenas requentou o noticiário policial.

A oposição ameaçou então retomar os casos envolvendo o filho e o irmão do Presidente. Ficou por aí. Veio a bomba: Cuba financiou parte da campanha de Lula. Imediatamente o PFL retomou a bandeira do "impeachment", levantada timidamente no início da crise e depois recolhida pelo PSDB. Novamente, a ala cautelosa da oposição chamou atenção de que era preciso investigar a denúncia da Veja, que não apresentou nenhuma prova. O PT reagiu processando a revista por calúnia. Veio a segunda bomba: os empréstimos de Marcos Valério serviram de cobertura ao desvio de dinheiro do Banco do Brasil (outras estatais estão sob investigação) para o PT e seus aliados.

A um ano das eleições presidenciais, a frente opositora PSDB\PFL pretende encurralar Lula com novas investidas. O impeachment continua sendo uma arma. A ameaça de cassação do registro do PT, outra. Mas nenhum dos dois objetivos é o principal alvo imediato do PSDB\PFL e partidos que os circundam (PDT\PPS\parte do PMDB). O impeachment depende de se criarem condições sociais e políticas. Pretende-se justamente cercar o governo e neutralizá-lo como possibilidade eleitoral.

Bravata petista

O PT\Lula conseguiram um feito contra o PSDB. Demonstraram que o deputado Eduardo Azeredo foi quem montou a rede de corrupção de Marcos Valério. Mas a sua remoção da presidência do PSDB não passou de um ato formal. Serviu para tirar um trunfo de ataque e defesa do governo contra a oposição.

O novo chefe do PT, Ricardo Berzoini, ameaçou com um dossiê da corrupção no governo FHC. Referiu-se às falcatruas das privatizações, socorro a bancos que se quebraram (PROER) e compra de

votos da medida constitucional da reeleição do Presidente.

A revista Época publicou um novo escândalo envolvendo o oligarca Antônio Carlos Magalhães. O seu neto pirralho chegou à mesma retórica de Virgílio Távora (PSDB) de ameaçar bater na cara do Presidente. Os ataques desmoralizadores fazem parte da política burguesa, principalmente nas situações de crise. Indicam que as boas maneiras e o respeito institucional já não precisam servir à hipocrisia das relações de poder.

Os contra-ataques do PT e de Lula se perdem diante da montanha de denúncias e apurações. A imprensa burguesa publica o que bem quiser. O governo é incapaz de reagir; faz parte dos embates das quadrilhas que compõem o Estado e formam os partidos.

Por debaixo do pano, a cúpula do governo ameaça fazer como Chaves: dividir o país caso o PFL\PSDB sigam em frente com a bandeira do impeachment. Bravata petista. Chaves constituiu-se em governo de crise desde o nascimento, por seu nacionalismo e populismo. O governo Lula, ao contrário, resultou de um pacto com o capital imperialista (Carta aos Brasileiros). Depende do apoio do capital financeiro para atravessar o fogo cruzado do PSDB\PFL.

As massas só atuarão na crise para defenderem suas reivindicações. O PT\Lula as vêm negando sistematicamente para favorecer os exploradores.

Apoio do imperialismo a Lula

O governo conta com o aval dos Estados Unidos e demais potências. O fato do PT e de Lula desfazerem a imagem de nacionalista e de concretamente protegerem os interesses do grande capital foi e está sendo um importante golpe na esquerda nacional-reformista da América Latina.

Bush veio para a 4ª Cúpula das Américas com o nítido propósito de recomendar à oposição cuidado com a estabilidade política. Em sua entrevista, não poupou elogios ao caudilho. O quadro latino-americano é turbulento. Crescem os movimentos dos pobres e oprimidos. Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Haiti são países onde os explorados contestam diretamente os governos e chegam a depô-los por meio de levantes. A Argentina atravessou recentemente grandes turbulências, com as massas nas ruas.

O temor da burguesia internacional de que, no Brasil, a instabilidade viria com um governo do PT, que poderia desafiar os banqueiros internacionais e a política ditada pelas potências se desvaneceu. Enquanto por todo continente a crise econômico-financeira confluiu com a crise social, pôs as massas nas ruas e golpeou os partidos governantes, no Brasil o PT derrotou eleitoralmente a aliança dos mais poderosos partidos (PSDB\PFL\PMDB) e imediatamente passou sem trauma a dar continuidade à política econômica vigente. Mascaram o continuísmo com a mesma receita de FHC – o assistencialismo.

Enganar as massas é uma arte da política burguesa.

O PT mostrou à classe capitalista que poderia fazer melhor do que fez a aliança partidária dominante e desgastada perante a população. Internacionalmente, Lula se projetou como o Presidente de esquerda que garantiu os interesses do imperialismo e que fazia cruzada pela equidade dos povos e fim da fome mundial. Foi acolhido nos salões de conferências dos colonialistas como o homem das grandes causas. O extraordinário superávit do tesouro

nacional, as altas taxas de juros, a enorme carga tributária, conjugados com o salário mínimo de fome, arrocho salarial e reformas antipopulares, deram confiança aos magnatas internos e externos. O superávit comercial, por sua vez, completou as condições para o Brasil continuar a pagar juros das dívidas interna e externa.

O fundamental para o imperialismo é que o governo do PT não estancou o sangramento da economia do país. Ao contrário, melhorou os fundamentos da estabilidade antinacional exigida pelo FMI\Bird. O fato de não ter cedido à Alca, da forma como pretendiam os Estados Unidos, não configurou uma ação antiimperialista. Conduta compatível com a complexidade das exigências de abertura em setores sensíveis, como o de serviços privados e públicos, reconhecida pelo governo norte-americano. A Alca ficou travada não só por contingências brasileiras, mas também argentinas.

O imperialismo trabalha por modificar as circunstâncias para retomar a investida. O melhor é se o governo Lula, que já posou de anti-entreguista, assumisse essa tarefa. A crise política o enfraqueceu diante das massas, mas ainda comparece como passível de reeleição.

O apoio de Bush a Lula não é incompreensível, como podemos constatar em sua conduta pró-imperialista, mascarada pela diplomacia da negociação equilibrada, da cooperação, da divergência moderada e da defesa do Brasil no quadro mundial protecionista. A oposição que quer liquidar o governo com as armas da denúncia de corrupção e do corte das vias de financiamento fabuloso de campanhas eleitorais está obriga a conter seu ímpeto rumo à destituição do Presidente diante do apoio mantido pelas potências.

Os Estados Unidos não fazem de graça elogio à política econômica e social de Lula. E sabe que sua fragilidade em meio à crise poderá aumentar a conta a ser paga ao padrinho. Não por acaso, Lula tem comparecido como aliado dos Estados Unidos nos embates comerciais que envolvem a Europa concorrente, mais precisamente França e Alemanha. Sem dúvida, o imperialismo em geral, e especialmente os Estados Unidos, atuam sobre a crise política no Brasil. Desta vez, por enquanto, não para promover um golpe de Estado, mas para evitá-lo. O imperialismo atua de acordo com seus negócios e a estabilidade dele.

Surto grevista

A multiplicidade de greves indica a retomada das lutas econômicas. Os trabalhadores vêm suas condições de vida piorarem, enquanto a economia ostenta crescimento de 3,5% e os capitalistas extraem alta lucratividade. As greves no funcionalismo expressam o descontentamento em uma importante camada que apóia o governo do PT. Todas foram e estão sendo tratadas com inflexibilidade. A política econômica centrada no pagamento das dívidas interna e externa e na proteção dos monopólios obriga o governo a golpear as condições de existência dos assalariados estatais. Nisso também Lula segue o governo anterior.

A greve na Volkswagen surpreendeu a burocracia petista do Sindicato de São Bernardo. O movimento durou 25 dias, por uma reivindicação mesquinha, como a da elevação do PLR. Isso nas condições de alta lucratividade da montadora, como comprovam seus balanços. Apesar da burocracia ter impresso um caráter passivo à greve e a direção da multinacional ameaçar os operários com demissão e criar esquema de furar a paralisação, foi difícil à direção do sindicato suspender o movimento.

O movimento dos camponeses sem-terra, outro importante

esteio de Lula, foi acionado por sua direção. Sua direção não teve como manter o apoio ao governo na forma de "trégua". A última seqüência de assassinatos no campo é a prova de que os latifundiários sentem-se livres para impor à luta de classe no campo a violência reacionária.

Nos estados, os governadores da oposição têm total independência para atacar a vida dos trabalhadores. O projeto do governo Alckmin de demitir milhares de professores e precarizar ainda mais sua situação trabalhista foi uma ousadia do PSDB. Os partidos da burguesia, nos Estados que governam, agem de acordo com a política econômica do governo federal, ditada pelos interesses do grande capital. Com a desmoralização do governo Lula, os governos estaduais da oposição tornam-se mais agressivos. Mas as greves e manifestações de rua contra suas medidas são a contrapartida das camadas atingidas.

As massas não foram arrastadas pelo PT ou pela aliança PSDB\PFL em torno da crise. Presenciam a decomposição da política burguesa. Os ensaios de mobilização da burocracia petista para apoiar Lula contra os ataques da oposição mostraram que os explorados não viram razões para defender um governo que lhes mentiu e mantém a opressão capitalista. As lutas do último período mostram que os explorados se movimentam em defesa de suas condições elementares de vida. O salário, o emprego e a terra foram os motivos das greves.

A tendência do capitalismo é de constante agravamento da miséria e da fome, tendo altos e baixos, e o governo do PT está obrigado a se colocar na mesma posição de todos partidos da burguesia quanto à opressão do capital sobre o trabalho.

Luta pela independência dos explorados

A tarefa que se coloca é a de propagandear e organizar os movimentos sob as reivindicações elementares das massas. É por meio do combate que os explorados verão o PT\Lula como integrante do conjunto dos partidos da burguesia, voltado a assegurar os interesses da classe capitalista. As denúncias contra o governo devem estar alicerçadas nas necessidades dos trabalhadores e em suas reações coletivas contra o patronato.

Essa orientação foi elaborada desde o início da crise política e mostrou-se concreta. Frente à retomada dos confrontos entre o governo PT\Lula e a oposição burguesa, nossa tarefa é lutar pela independência do movimento operário, camponês e popular e de suas organizações. Com as reivindicações dos oprimidos, faremos as denúncias concretas e defenderemos o Tribunal Popular.

É preciso o partido proletário

A crise do reformismo demonstra, sobretudo, a necessidade de construir o partido-programa, cujo objetivo é a de destruição do Estado burguês pela revolução proletária. O fracasso do PT e sua corrupção no Estado comprovam que não há como reformar o capitalismo. A tentativa de constituir novos partidos tendo as eleições como método principal de ação política, a exemplo do PSOL, está em contraposição à necessidade de combater a burguesia por meio da luta de classes e desenvolver no seio das massas a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Trabalhamos por formar o partido leninista de quadros, que dominem a teoria e atuem praticamente no seio dos explorados para concretizar o programa.

Dia da consciência negra

É preciso a consciência de classe

Mais uma vez nos manifestamos contra a opressão racial que recai sobre o negro. São formas abertas de discriminação: distinção racial no emprego, no salário, na repressão policial e nos assassinatos de jovens da periferia. São formas veladas: no tratamento escolar, nas seleções, nas participações de atividades, nos espaços sociais etc.

A propaganda burguesa diz que tem diminuído o racismo no Brasil. Fala de inclusão racial por meio de "políticas compensatórias" tomadas pelo Estado. O critério de cotas para acesso à universidade é apresentado como o mais avançado programa de "ações afirmativas". Também se considera um grande feito a reformulação de conceitos culturais e ideológicos que refletiam a discriminação, materializados nos livros escolares.

Somente os ingênuos ou interesseiros acreditam que nosso movimento tem sensibilizado os governos e a burguesia branca a atenderem nossas reivindicações, contrárias ao racismo e à discriminação. As tais políticas e ações afirmativas e medidas de reparação histórica não passam de máscara para acobertar as raízes da opressão racial e negar as reivindicações fundamentais.

O maior índice de desemprego sobre o trabalhador negro, salários menores e a violência policial continuam e recrudescem.

Não queremos que a burguesia e seus políticos ampliem os disfarces ideológicos e culturais da sociedade racista. Não pedimos que reconheça, nem politicamente, os males do escravismo. E não exigimos simplesmente que nos permita recuperar a identidade étnica do negro e afrodescendentes.

Não cabe pedir "reparos" a serem feitos pela burguesia branca e seus governos aos negros oprimidos, há séculos, pois nossa luta é pelo fim de toda forma de discriminação.

A oposição de que, gradualmente, com as tais ações afirmativas, o Estado irá reduzindo os preconceitos, possibilitando a construção da identidade étnica cultural dos afros e criando oportunidades econômicas antes negadas aos negros é uma

Texto do boletim da Corrente Proletária Estudantil:

20 de novembro:

pela consciência de classe proletária negra

A opressão e discriminação sobre os negros têm suas raízes na história da colonização do país. O Brasil foi colonizado como fonte de matérias primas para as potências européias, sobre a base do trabalho escravo negro. A opressão sobre a maior população escrava da história deu lugar à exploração do trabalho assalariado.

O escravo se transformou em assalariado. A classe dominante mantém seu preconceito e discriminação sobre os negros.

Atualmente, os negros recebem salários menores, são os mais visados em batidas policiais, e são grande parte da população assalariada e empobrecida. Uma parte se incorporou à classe média e pouquíssimos passaram a integrar a burguesia,

com o salário mínimo de fome, arrocho salarial e retrocessos antipopulares, deturpando as conquistas históricas. O superativismo comercial, por sua vez, condiciona as condições para a forma de evitar que atuem como parte do movimento da classe operária e dos demais explorados para pôr fim à fonte das discriminações, que são o capitalismo, seu Estado e sua burguesia parasitária.

Reconhecemos que não apenas os negros são discriminados, mas também os brancos pobres, os nordestinos, as mulheres, trabalhadoras, os homossexuais. A burguesia oprime negros e brancos operários, camponeses, desempregados, favorecidos.

No mundo todo, os negros são oprimidos como trabalhadores. O continente Africa, no sempre foi dominado pelas potências, que o saquearam e o saqueiam, impondo a barbárie para suas populações. Não é por acaso que o racismo vem do domínio colonizador e se aprimora com o desenvolvimento do capitalismo.

Os negros arrancados da África como escravos, estão na raiz da formação da classe operária e do campesinato pobre do Brasil. O capitalismo mundial se construiu sobre suor e sangue das massas negras.

Não queremos esmolas do Estado burguês aos negros! Reconhecemos nossos algozes! Não lutamos por medidas limitadas que favoreçam apenas uma pequena camada da classe média negra! Lutamos pelo fim de toda opressão sobre negros e brancos trabalhadores. Quem diferencia os salários de negros e brancos, quem protela o negro na contratação, quem faz com que o negro pobre seja o suspeito número 1 de marginalidade, quem reprime violentamente os negros com as armas do Estado, quem marginaliza a juventude negra é a classe capitalista. É a mesma classe que explora os trabalhadores brancos.

O dia da Consciência Negra deve ser o dia da Consciência de Classe dos negros e de todos explorados.

Fim de toda discriminação! Emprego e escola a toda juventude! Fim do capitalismo! Por uma sociedade sem explorados e exploradores! A reparação e superação de todas as chagas do capitalismo serão feitas pelo socialismo!



Municipais-SP: Balanço do XVI Congresso do Sinpeem – mais um congresso burocrático de colaboração com as reformas neoliberais

O congresso ocorreu no período de 24 a 28 de outubro. Concomitantemente acontecia a greve do magistério estadual contra o PLC 026, que propunha o corte dos direitos e o desemprego de todos os contratados (mais da metade da categoria). Enquanto o professorado estadual combatia as reformas neoliberais de Alckmin, praticando a luta coletiva grevista combinada com ações de rua, no Sinpeem, a direção majoritária tudo fazia para isolar e amordaçar os congressistas, utilizando-se do regimento burocrático e do controle da frequência para entregar aos diretores de escola. Diante da proposta de saída dos grevistas, que acumulam cargo para ir à assembléia estadual, a direção propôs que fosse uma comissão de 5 pessoas. “Unidade na luta” para esses senhores significa um encontro de dirigentes burocratas e não a unificação dos trabalhadores.

Este congresso tinha tudo para dar início ao combate unificado dos servidores contra as reformas neoliberais de Serra/Alckmin e Lula. Deixaria de ser um congresso despolitizado, que luta apenas em palavras e passaria a ter conteúdo concreto de combate. No entanto, o corporativismo da ala majoritária e o centralismo burocrático com que dirige as atividades sindicais mais uma vez fez com que fossem aprovadas as propostas que não diferem das do governo, desarmando os trabalhadores em educação para combatê-las.

No ano passado, aconteceu a mesma coisa. O congresso não aprovou nenhuma orientação para a luta. Além do caudilhismo do presidente, contou também com o apoio das correntes eleitoreiras que compunham a direção do sindicato (PT / PCdoB / PSOL), uma vez que se calaram diante da manobra de encurtamento do congresso, que propositadamente impediu o

debate da conjuntura municipal, sindical e do plano de lutas. Na realidade, todos procuraram captar o descontentamento dos trabalhadores para o processo eleitoral em curso e, ao mesmo tempo, evitaram mostrar abertamente o apoio que dariam à candidatura Marta / PT.

No atual congresso, a grande maioria dos delegados esteve sob o controle do caudilhismo do presidente da entidade. A luta coletiva da classe ainda é secundarizada pela maioria dos trabalhadores. É induzida pela burocracia a continuar sendo telespectador da realidade e acreditar nas ilusões e métodos da falsa democracia burguesa. Dessa forma, a direção majoritária (ex-PCdoB) mantém o controle da maioria presente nas atividades. As ilusões eleitorais são potencializadas por debates/ações individuais entre “personalidades” ou representantes dos opressores. Assim como as inócuas pressões parlamentares servem para isso. Não é à toa que nos congressos do Sinpeem, a maior parte do tempo é dedicada às mesas debatedoras entre “intelectuais” de partidos legalizados. Enquanto que, as teses escritas pelos trabalhadores, sequer são apreciadas. É isso também que justifica a presença na abertura do congresso, do secretário da educação Pinotti/PSDB, bem como de sua opositora a ex-prefeita Erundina. É por isso que um congresso de 5 dias, que tem tempo suficiente para debater, novamente não conseguiu discutir os principais temas como, a conjuntura, o sindical, o balanço da entidade e o plano de lutas.

A alienação individual e do conjunto dos trabalhadores em educação se manteve, prejudicando assim a luta coletiva contra as reformas destruidoras da educação, implantadas agora por Serra.

A importância da unidade das teses opositoras Primeiro passo para formar um bloco antiburocrático e de luta

A ala majoritária da direção (ex-PCdoB) representada pela tese 1, organizou, no primeiro semestre, o processo eleitoral fraudulento para se manter fortalecida. Depois disso, intensificou os métodos burocráticos na condução do sindicato. Vem golpeando seus adversários, seja na direção, não respeitando a proporcionalidade, como na base, caçando a palavra ou ridicularizando os que tentam falar nas manifestações e demais atividades. Chegou a votar no RE que só ela falaria na assembléia que antecedeu o congresso. Como é uma fração corporativista, tem seu conteúdo pró-capitalista.

Sabe que vai se fragilizar diante das duras medidas de Serra, pois seu método de luta baseado em atos de pressão são inócuos para enfrentá-las. Está obrigada a agir mais burocraticamente contra seus opositores para retardar sua desmoralização.

Esse fechamento do sindicato propiciou a unidade das correntes opositoras em torno da democracia sindical. No congresso do ano passado, as correntes PSOL / PT / Independentes, chegaram a elaborar um texto base com a ala majoritária, que foi transformado em tese guia, obrigando as

corrente minoritárias a apresentarem emendas. O setor oposicionista achava que a ala majoritária, ao romper com o PCdoB, poderia se tornar uma fração progressista. Como essa opção se mostrou inviável diante dos acontecimentos, restou o caminho da formação de um bloco antiburocrático para denunciar as reformas neoliberais de Serra. Assim, foi elaborado um manifesto ao congresso assinado pelas correntes: PSOL (tese 4), Independentes da Emef Procópio Ferreira (tese 5), FOS (tese 13), POR (tese 9), Germinal (tese 3), Oposição Revolucionária (tese 6), Independentes /PT (tese 8).

O PSTU (tese 10), não assinou o manifesto, porque pretende aprovar a desfiliação do Sinpeem à CUT, preferiu atuar isoladamente com suas propostas, no congresso. Porém, no plená-

rio votou junto com os outros setores contra a burocracia.

O PCdoB (tese 7), além de ser governista, foi o guardião das propostas da burocracia (tese 1), afinal sua política foi progenitora dessa ala. O Trabalho (tese 2) não quis se envolver com esse bloco, por ser uma corrente petista.

A denúncia da burocracia foi um passo progressivo. Porém, sabemos de antemão que o PSOL é um partido que já nasce com traços de corrupção. Por isso, para essa frente de luta antiburocrática e de combate às reformas neoliberais avançar, é preciso superar o eleitoralismo da maioria das correntes e sua substituição pelo método da ação direta.

Caso contrário, o caudilhismo eleitoral da tese 1 continuará dominando, mesmo com as contradições que enfrentará.

As teses em sua maioria não defendem o socialismo como objetivo estratégico

Não se diferem do reformismo petista

O PT, logo nos primórdios, chegou a defender uma sociedade sem explorados e exploradores. Não se tratava da defesa do socialismo, pois combatia a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Para os revolucionários, será a maioria oprimida, dirigida pela classe operária e através do método da revolução proletária, que poderá fazer isso, ou seja, a única forma de trocar uma classe por outra no poder é através do método revolucionário. Foi isso que a história nos mostrou quando das mudanças do modo de produção. Com o decorrer dos anos, o PT viu-se obrigado a abandonar até este palavreado de uma "sociedade justa", pois cobiçava atingir o poder através do método eleitoral. Como partido reformista, inverteu a lógica da maioria no poder contra a minoria opressora, inventando que era possível um operário governar através do voto e realizar mudanças em prol dos trabalhadores. Foi preciso o PT assumir o comando nacional e implementar as reformas pró-imperialistas que atacam os trabalhadores, para mostrar sua fraude teórica de que era possível sem acabar com o capitalismo resolver os problemas dos explorados. Assim, está mais do que vigente a teoria marxista, demonstrando cientificamente que os trabalhadores só terão suas reivindicações plenamente atendidas se mudarem a economia do país, por meio do combate do sistema de exploração do trabalho.

O que nos chama a atenção é que não somente o PT abandonou a estratégia do socialismo. As correntes que permane-

ram no seu interior, como O Trabalho, bem como seus aliados eleitorais, a exemplo do PCdoB também o fizeram. Estão unidos na órbita do PT para ajudá-lo a fazer o impossível, reformar o irreformável e iludir os trabalhadores.

Mais grave acontece com aqueles que romperam recentemente com o PT, sejam correntes ou militantes independentes, que também não se colocaram pela defesa do socialismo em suas teses. Mostraram como se adaptaram ao reformismo petista. Ao invés de combater o caminho desse partido, que quer administrar a economia capitalista junto com a classe exploradora, alimentam a possibilidade de uma 3ª via eleitoral, para enfrentar o neoliberalismo, como se esse modelo econômico não fosse parte do modo de produção capitalista em sua fase de desagregação. Esse pensamento ficou evidente na tese 1, que defendeu "a luta por um novo modelo baseado no incentivo ao mercado interno". Essa aspiração de um capitalismo nacional desenvolvido, defendido também pelo PCdoB, é reacionária. O governo petista não consegue viabilizar essa tese, pois esbarra no princípio básico da opressão internacional imperialista e do choque entre as classes sociais.

Portanto, só resta o caminho da destruição do capitalismo, para poder libertar os assalariados da opressão e trazer à humanidade a divisão da riqueza.

Se os militantes sérios que atuam no sindicato não repensarem o objetivo estratégico que norteia sua atuação, continuarão economicistas e trilharão o mesmo caminho do reformismo.

PCdoB defende junto com o PT, o salário mínimo de fome da CUT e a rede privada de ensino

O PCdoB se integrou ao Estado capitalista. Diz que defende o socialismo, mas apóia as migalhas "possíveis" no capitalismo junto com o PT governista. No congresso, foi essa corrente stalinista que combateu a proposta do POR de salário mínimo vital e defendeu o salário mínimo de fome da CUT. Ou seja, combateu a reivindicação de manter a vida dos trabalhadores e se colocou favorável à exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, combateu a estatização de todo o sistema de ensino também

defendida pelo POR. Ou seja, admite a permanência da rede privada parasitária que sucateia a pública. Não é à toa que também defendeu no congresso, a "política de fundos", que no regime de exploração só pode ser o que já é "escolas governamentais" para a rede pública, como o FUNDEB. É esse pensamento que também justifica porque o PCdoB não combate abertamente o projeto de Lula de compra de vagas na rede privada universitária, PROUNI.

O debate sobre a questão educacional

No educacional, vimos a nítida intenção da diretoria majoritária do Sinpeem em aprovar todas as suas propostas contidas na tese 1.

Foram fixados apenas três grupos de debate sobre os temas. O regimento burocrático estabeleceu que os pontos que obtivessem 20% de aceitação nos grupos seriam levados para a plenária final.

A dinâmica empregada para as discussões garantia, inicialmente, apenas três minutos para cada representante de tese expor os principais pontos sobre o tema. Ficou estabelecido, também, que seriam lidos apenas os pontos de defesa que cada tese trazia, e que os representantes teriam o direito de propor destaques nos pontos de divergência, podendo em seguida defendê-los, para que, de acordo com a aceitação da plenária daquele grupo, fossem ou não remetidas para a plenária final.

No meio do debate, a mesa manipuladora inverteu as regras e passou a utilizar sua tese como guia para os trabalhos, sendo lida ponto por ponto, inviabilizando a discussão das outras teses e dos demais temas do congresso.

Os temas relevantes do educacional debatidos durante o congresso foram: o projeto ler e escrever nas escolas de 1ª a 4ª série, que introduz o estagiário na sala de aula, comprometendo a autonomia do professor titular e descaracterizando seu trabalho; a redução de turnos em escolas com mais de dois turnos diurnos; a introdução dos nove anos no ensino fundamental, determinando a matrícula de crianças com 6 anos de idade e eliminando o terceiro estágio na Emei, gerando desemprego na categoria e por, último, a questão do financiamento da educação, sendo discutida a política de fundos (Fundeb) contrapondo-se à vinculação de verbas públicas à educação.

Os setores da oposição se posicionaram contrários à farsa do projeto de Serra de implantação de nove anos no ensino fundamental, pois se trata de um mecanismo que visa precarizar ainda mais o ensino, além de gerar desemprego na rede ao subtrair o terceiro estágio da Emei. No entanto, os argumentos apresentados pela oposição não foram suficientes para convencer o plenário destes riscos e terminou por ser aprovado, con-



forme defesa da diretoria majoritária do sindicato. Quanto à redução de turnos nas escolas com mais de dois turnos diários, ficou claro que é uma medida que visa a eliminar vagas e, conseqüentemente, ampliar o desemprego, impossibilitando o acúmulo em outra rede; sendo que neste ponto houve acordo e a plenária se colocou contrária à redução de turnos. Tanto o projeto Ler e Escrever como o PL-318 foram amplamente rejeitados pela plenária, havendo consenso em sua rejeição. Por último, a oposição defendeu contra a política de fundos (Fundeb), argumentando que esta tem como finalidade a redução de investimentos em educação, acobertando a real intenção do governo em promover o desmonte da escola pública. Mesmo assim, este ponto foi derrotado pela defesa da CSC/PC do B.

Tendo em vista o objetivo da diretoria do Sinpeem em reduzir o tempo de discussão das teses através da imposição de um regimento burocrático, assim como utilizar sua tese pró-governo como referência para o congresso, pontos importantes na questão educacional deixaram de ser discutidos, impossibilitando a construção de um plano de lutas para reagir aos ataques implementados pelo governo Serra contra a educação. A diretoria majoritária do sindicato e seus aliados contribuíram para que o governo tenha êxito em promover o sucateamento da educação pública.

DIA 23 – Mais uma manifestação distracionista

O regimento burocrático, a imposição da tese guia sem aprovação do plenário, o encurtamento do congresso e da plenária final deliberativa, impuseram ao congresso apenas o debate sobre o tema educacional e funcional. Ainda assim extremamente prejudicado pelas diversas manipulações do presidente caudilho, que como sempre centraliza os trabalhos. Não haverá um combate efetivo contra a proposta de reforma educacional de Serra, do ensino fundamental de 9 anos, o projeto ler e escrever, o fechamento de turnos e as demissões que estão por vir. Mais um vez essa ala apresentou a proposta de ato de pressão contra a

artilharia do governo. Um dia de paralisação e ainda na véspera do recesso escolar é uma proposta distracionista que a burocracia apresentou porque não quer combater as reformas. Mesmo adendando que procurará os demais burocratas dirigentes de outras entidades municipais para uma suposta unidade.

Finalmente, para alguns temas, como conjuntura internacional e nacional, o caudilho apresentou algumas bandeiras que ele julga ser consenso entre as teses e as submeteu à aprovação do plenário, como: autodeterminação dos povos, e o ato pelo Fora Bush do Brasil.

Em relação a Conlutas – desfiliação ou não do Sinpeem à CUT

Apesar da discussão sindical não ter ocorrido no Congresso, achamos importante destacar o ponto Conlutas e proposta do PSTU de desfiliação do Sinpeem à CUT.

Algumas correntes não trataram deste tema em suas teses. Ignoraram a Conlutas por não reconhecerem ou pelo fato de tal discussão estar distante da base.

Outras correntes, expressaram suas opiniões favoráveis ou não à desfiliação.

A corrente O Trabalho / PT colocou-se pela defesa da CUT e contra a divisão / destruição da CUT. Deixa claro em sua tese que “a posição da maioria da direção certamente não pode ser confundida com a posição dos milhares de sindicalistas e trabalhadores que estão na base da CUT”. Acreditam que a CUT está, portanto, em “disputa” e que a divisão da Central leva ao enfraquecimento e ao fortalecimento da ala majoritária, favorecendo o governo.

A LOI concorda que, a “direção é o braço do governo no interior da Central”. Acredita “que um processo de ascenso pode derubar esses burocratas que estão na direção da CUT” e que “por isso, neste momento, cabe a nós, trabalhadores, varrer com a atual direção da CUT, nos manter nela e lutar pela sua direção”.

Em duas teses, a desfiliação do Sinpeem à CUT foi colocada, como o caso O Germinal e Oposição Alternativa. Essa postura era esperada, pois quem tem levado as discussões com mais força no interior do sindicato e encabeçado a Conlutas é o PSTU. A Oposição Revolucionária omitiu sua opinião na tese apesar de ser favorável à desfiliação.

A FOS defendeu a idéia de “construir uma outra alternativa de luta que garanta a independência total dos trabalhadores” e

Principais pontos da tese da Corrente Proletária

A corrente proletária compareceu no congresso defendendo a Tese 9, INDEPENDÊNCIA DE CLASSE: CONSTITUIR OS TRIBUNAIS POPULARES

A tese da Corrente Proletária da Educação tinha como essência a defesa da independência dos sindicatos e da CUT frente ao Estado e seus governos. Dizia aos trabalhadores que somente com a independência de classe é que poderemos enfrentar os crimes da burguesia, que vão dos assassinatos dos sem-terra, da violência sobre os sem-teto e camelôs, do massacre à juventude dos bairros pobres, dos ataques às reformas neoliberais e culminam com a brutal corrupção, envolvendo todos os governos. Para isso, combate a farsa das CPIs e das investigações por meio dos organismos do Estado e levanta a bandeira dos Tribunais Populares. Um Tribunal nascido da luta coletiva dos explorados para julgar e punir os crimes dos governos contra a vida dos trabalhadores e de corrupção.

Denunciou a podridão não só do PT/Lula, mas de todos os partidos da ordem capitalista, seu Estado e suas instituições. Chamou os trabalhadores a não apoiarem a farsa montada pela oposição PSDB/PFL, que visa recuperar o apoio eleitoral perdido em 2002, e nem se submeterem à burocracia vendida (CUT, sindicatos/UNE), que faz de tudo para manter o apoio ao governo Lula. Conclamou, assim, os explorados a saírem às ruas em defesa das reivindicações de salário, emprego, direitos

chamou a atenção quanto aos traços burocráticos na Conlutas ¼ “Todavia, é preciso democratizar a Coordenação Nacional de Lutas, pois esta se encontra extremamente centralizada”.

A Corrente Proletária na Educação (POR) participa da Conlutas por entender que se trata de uma frente de ação contra a política do governo, rechaça o oportunismo da política divisionista de desfiliação da Central e chama à construção de uma fração revolucionária no interior da CUT para combater as burocracias. Por isso, defendeu:

É preciso rechaçar a estatização dos sindicatos / CUT. A luta pela independência da CUT, sindicatos e movimentos frente ao governo PT / Lula é fundamental para desenvolver a ação direta do proletariado contra a exploração do trabalho.

Somos contra a ruptura aparelhista e o eleitoralismo das correntes petistas e não petistas. Trabalhamos pela constituição de uma poderosa fração revolucionária no interior da CUT e dos sindicatos, que ajude os trabalhadores a reconhecerem o papel traidor da burocracia e que avance na construção da direção classista e revolucionária.

A Conlutas deve ser uma frente única de ação contra a política dos governos e não um instrumento de divisão do proletariado.

Houve uma proposta, apresentada pela FOS, que não chegou a ser debatida em plenária: “abrir o debate nas escolas sobre a permanência ou não do Sinpeem na CUT (com material de divulgação das duas posições) e posterior plebiscito junto à categoria, para que ela decida sobre isso”. Entendemos que essa proposta mascara a real posição das correntes que defendem a desfiliação da CUT. O plebiscito, neste sentido, teria a função de legitimar a cisão na central.

trabalhistas, educação pública e gratuita em todos os níveis. Exigiu o fim da reforma privatista da educação e luta pela estatização de todo o sistema de ensino e por uma escola vinculada à produção social. E levantou a bandeira de que não haja nenhum jovem fora da escola e nenhum jovem sem trabalho.

Convocou a maioria oprimida a rechaçar os planos militares e econômicos dos países imperialistas e a defenderem a autodeterminação dos povos e a expulsão dos invasores do Iraque, Afeganistão, Haiti etc. Ergue o apoio à luta do povo boliviano bem como das massas dos continentes submetidos ao intervencionismo do grande capital. Levou como tarefa ao congresso a luta pela implantação da democracia sindical (operária). Combateu o alto grau de burocratização existente na CUT/sindicatos, que os tornou abertamente apêndice do governo do PT e rechaça a política de romper com a CUT e criar uma nova Central. Ao contrário, trata-se de realizar um trabalho no seio dos explorados pela independência de suas organizações.

Trabalhou pela unidade das massas política e organizativamente por meio da construção das frações revolucionárias para varrer com a burocracia corrupta e aparelhista, presente nos sindicatos e na Central. Trata-se de uma tese assentada na estratégia da revolução social, que visa a derrocada do capitalismo e a implantação de uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade socialista.

Fundeb é continuidade da destruição do ensino público

O governo do PT/Lula, por meio do MEC, encaminhou, no dia 14 de junho de 2005, a proposta de Emenda Constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O Congresso Nacional iniciará a votação da emenda no final de novembro.

Trata-se de uma medida de financiamento do ensino para substituir o Fundef, criado no governo FHC, e que tem sua vigência até 2006. Propõe que a vigência do Fundeb seja de 2006 a 2015. O Fundeb fez parte da campanha eleitoral de Lula e prometia elevar de 4% a 7% do PIB à educação. Criticando o baixo custo-aluno determinado pelo Fundef, o PT pretendia criar o chamado custo-aluno-qualidade. Porém, esse palavreado de magia não tem a ver com o conteúdo da Emenda Constitucional que propõe:

1. Atender 47,2 milhões de alunos, tomando por base o censo de 2004, da pré-escola, fundamental, médio e ensino de jovens e adultos. Portanto, cerca de 16,5 milhões a mais do que abarca o Fundef;

2. Gradativamente (prazo de 14 anos) para englobar todos os níveis de ensino, com exceção do superior. Ou seja: a) no primeiro ano, o Fundeb continuará financiando todo o ensino fundamental; b) os demais níveis serão atendidos da seguinte forma: 25% no primeiro ano; 50% no segundo; 75% no terceiro e 100% no quarto ano. Portanto, nada tem a ver com a campanha governamental de que abarcará toda a educação básica. Tudo será a conta-gotas;

3. O valor mínimo do custo-aluno obedecerá os critérios de prioridade. Portanto, não serão iguais.

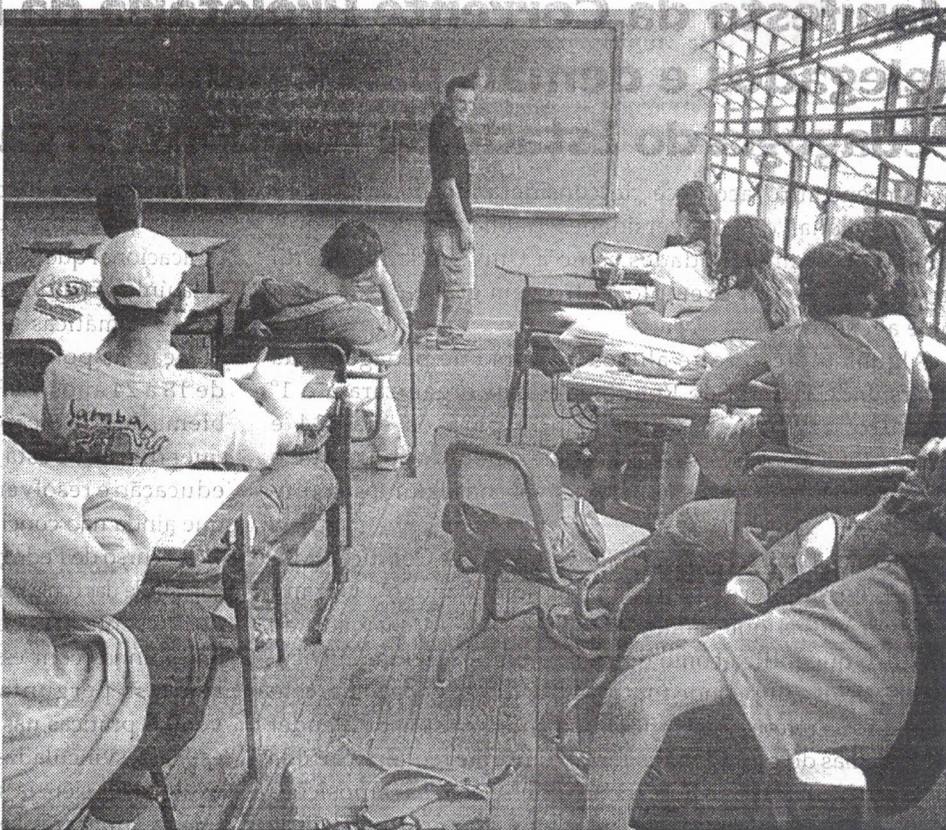
4. A complementação dos recursos aos Estados e municípios que não conseguem manter o custo-aluno mínimo será alterada, porém também de forma gradativa. Os 4,3 bilhões serão atingidos a partir de 2009;

5. Mantém os 60% do valor anual do Fundo para salário dos profissionais da educação, que abrange professores, funcionários, diretores, coordenadores, supervisores etc.

6. Mantém a retirada de 20% do orçamento da educação (DRU) para compor o superávit primário.

Eis aí por que dizemos que a substituição do Fundef pelo Fundeb não trará melhorias necessárias para pôr fim ao analfabetismo, para incluir todas as crianças na pré-escola e ampliar o acesso de toda a juventude ao nível médio. A elevação do número de crianças/jovens na educação básica, de 30,7 milhões para 47,2 milhões, não se dará com o aumento significativo das verbas públicas. O Fundef impôs a municipalização, a precarização dos contratos de trabalho e manteve o piso salarial dos educadores no patamar de 1 a 3 salários mínimos. O Fundeb manterá a municipalização, ampliará a flexibilização das relações de trabalho e manterá o piso salarial no mais baixo patamar.

A burocracia da Confederação Nacional dos Trabalhadores



em Educação (CNTE) pretende mobilizar as direções sindicais a ela vinculadas para pressionar os deputados em favor da inclusão de suas emendas.

Para isso, elaborou um formulário contendo as emendas e uma parte destacável com os seguintes dizeres: "Eu apoio o Fundeb Já! Para todos e todas com piso salarial", que será preenchido com o nome do parlamentar, partido e Estado. Pretende com isso, que os sindicalistas percorram os gabinetes colhendo as adesões. Como se os deputados pudessem ser comovidos e mudassem de opinião com as tais visitas. Está aí a tática da burocracia: pressão parlamentar.

Mas há uma das propostas da CNTE que é um verdadeiro acinte. Quer a "instituição do Piso Salarial Nacional, no valor de R\$1.000,00". Os burocratas, que vivem no bem-bom, viajando para lá e para cá, com tudo de primeira, querem que os trabalhadores em educação sobrevivam com a miséria de mil reais. O próprio Dieese, que é tão propalado pelos dirigentes sindicais, afirma que o salário mínimo necessário é de R\$ 1.580,00.

A burocracia da CNTE só sai da toca para correr atrás de deputado. E ainda para pedir uma esmola para os educadores.

Os trabalhadores da educação e estudantes devem se colocar contra a Emenda Constitucional do governo Lula e contra as propostas da burocracia da CNTE. É preciso impulsionar a luta pelo ensino público, gratuito, laico em todos os níveis. Defender o fim da reforma educacional do governo/Banco Mundial que amplia a privatização. Reivindicar que nenhum trabalhador da educação receba menos que o salário mínimo vital, cerca de R\$ 2000,00, por 20 horas semanais. Estabilidade a todos os trabalhadores da educação. E exigir a combinação dos estudos com o trabalho para que não haja nenhum jovem fora da escola e nenhum jovem desempregado.

Rondônia

Manifesto da Corrente Proletária da Educação aos delegados e demais participantes do I Encontro de Pedagogia do Estado de Rondônia organizado pela UNIR

Este encontro acontece desconsiderando o período de greve nacional das universidades públicas federais, que, para algumas universidades como a Universidade Federal do Acre - Ufac, por exemplo, entrou em greve desde o dia 15 de agosto.

Alguns professores e alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Rondônia - Unir organizaram o 1º Encontro de Pedagogia do Estado para os dias 14 e 15/11/2005 e, apesar da resistência e pedidos para que o encontro fosse adiado, não foi possível conseguir a sua protelação.

Ademais o encontro tem como slogan: "A Condição Moderna e Pós-Moderna na Formação do Pedagogo". Organiza-se em mesas que enfatizam a temática do chamado ao evento, o que indica como objetivo a unificação dos currículos nos vários campi onde funciona o curso de Pedagogia, considerando as referências nacionais, o que corresponde atender às exigências do capital parasitário, conforme requer a cartilha do Banco Mundial e FMI, preocupando-se com às imposições sobre as avaliações institucionais que têm como pano de fundo a consolidação dos projetos de mercantilização do ensino superior.

A Corrente Proletária da Educação Defende que Professores, Estudantes e Funcionários Devem Lutar ao Lado da Classe Operária

Por não ter conquistado forças para protelar o encontro, nossa intervenção aponta que temáticas nos ajudariam a compreender e implementar o currículo possível numa sociedade dividida em classes antagônicas e que os expropriadores (os burgueses) decidem os destinos dos expropriados (o proletariado) e por isso indicam todos os passos para reformulação do ensino, na tentativa de controlar as resistências das massas à opressão de classe que se manifesta na falta de escolas em todos os níveis, na falta de assistência à saúde, moradia e emprego com salário incompatível ao atendimento às necessidades vitais do homem. Sendo assim, esse encontro poderia ter como prioridade a discussão acerca das reformas do governo PT/Lula enfatizando a reforma do ensino em geral e universitária e sua subserviência ao governo Bush, tal como as demais reformas como da previdência, a sindical e a trabalhista e como organizar a luta para combatê-las.

Dizemos que professores, estudantes e funcionários devem lutar ao lado da classe operária e, por isso, as temáticas relacionadas à organização do conteúdo de ensino de qualquer curso em qualquer nível precisam buscar suas inspirações nas lutas e interesses daqueles que geram a riqueza do país vinculados à busca de soluções de problemas como a falta de trabalho para as maiorias, senão essas discussões se converte-

rão em vazias e inócuas, diante da realidade vivenciada pelas massas e na busca das soluções desses problema, inclusive o educacional que se traduz na concretização da conquista de escola única, científica, laica e vinculada à educação social.

As temáticas para esse encontro precisariam chamar atenção às políticas educacionais indicadas para os jovens de 18 a 24 anos. O Projovem hoje diz querer resolver o problema da educação e da juventude. É assim que a burguesia quer dizer que está vinculando teoria e prática no âmbito da educação e resolvendo o problema do jovem nessa faixa etária que ainda não concluiu o ensino fundamental?

O curso de Pedagogia, como um curso que surgiu se reivindicando de dar conta das orientações teórico metodológicas de todos os conteúdos de ensino em todos os níveis, se pretende se encaminhar com essa preocupação, precisa encontrar o seu rumo se perguntando quanto às contradições que envolvem as práticas nas escolas, inclusive do ensino superior, que estão desvinculadas das práticas da produção econômica, e como fazer ciência se a produção social está distante da escola. Como superar essa dicotomia sem superar a luta de classe? Os empresários jamais disponibilizarão suas empresas para as professores e alunos se servirem delas na condição de aprendizes. Esse postulado necessário para pôr de pé a escola científica é incompatível com os necessários lucros que os burgueses precisam para se reproduzirem enquanto tal, dando força à sua ideologia de expropriação para poder concentrar riquezas.

Defender as massas significa defender a luta Contra a destruição do ensino público em todos os níveis, dos direitos trabalhistas e dos sindicatos

1) Fim da mercantilização do ensino em todos os níveis, criação de um sistema único, público e gratuito, enfim a criação da escola laica e vinculada à produção social; Estatização de todo sistema educacional, expropriando os empresários da educação; 2) fim do controle do MEC e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios sobre as Escolas/Universidades. Controle pedagógico e financeiro das escolas pelos trabalhadores em educação, pais e estudantes. Que as escolas sejam sustentadas financeiramente pelo Estado; 3) Fim das avaliações institucionais pelo Estado: ENEM/ENADE etc. e dos vestibulares. Livre acesso das maiorias a todos os níveis de ensino; 4) Contra a colaboração do governo PT/Lula com o imperialismo Bush. Não pagamento da dívida externa. Abaixo os governos entreguistas. Por um governo operário e camponês; 5) Defesa do Socialismo (fase de transição para uma sociedade sem classe) para garantir a escola científica para todos - a escola vinculada à produção social.

Defender a real independência da Ubes, a democracia estudantil e a luta no 36º Congresso Nacional da Ubes

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) realiza seu congresso nacional em dezembro. O que vemos é que a Ubes está muito distante dos estudantes, é burocratizada e atua em defesa do governo do PT/Lula e suas políticas e não dos estudantes. Nem mesmo escolher diretamente os delegados (representantes) dos estudantes é possível, porque a eleição nas escolas só vale para os congressos estaduais. É nesses congressos estaduais que se escolhem os delegados ao Congresso Nacional da Ubes.

Muitas lutas estudantis vêm acontecendo pelo país, como os movimentos pelo passe livre e a participação dos estudantes nas greves. Mas a Ubes não organiza a unidade desses movimentos.

Os muitos problemas que vivemos nas escolas não encontram resposta: muitos grêmios não se preocupam em organizar a luta estudantil, preferem a recreação, enquanto outros são controlados pelas direções de escolas. A Ubes não organiza grêmios livres, até mesmo a eleição de delegados aos congressos têm de passar pelo aval da direção das escolas.

A Corrente Proletária propõe participar do Congresso estadual da Ubes e do Congresso Nacional sobre a base dos seguintes pontos:

1) Contra a direção governista, pela real independência da Ubes em relação ao governo. O Congresso tem de se colocar pela real independência da Ubes em relação ao governo do PT/Lula; pelo combate às suas reformas neoliberais; impulsionar a unidade das lutas pelas reivindicações das massas; organizar a luta antiimperialista e anticapitalista. Isso implica romper com a política do PCdoB, nada de apoiar o governo, oposição revolucionária a ele.

2) Contra a burocratização, pela democracia estudantil na

Ubes. O Congresso deve aprovar o fim dos filtros, eleição de delegados pela base, sem a imposição da autorização da direção da escola. Convocação semestral de plenárias ou conselhos de entidades de base deliberativos. Prestação sistemática de contas da direção às bases. Nenhum privilégio aos dirigentes.

3) Por uma campanha em defesa da educação e emprego para toda a juventude. O Congresso deve se colocar por educação e emprego para toda a juventude (nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem emprego), e por 4 horas de trabalho e o restante voltado à educação e lazer.

4) Combater a reforma privatista e destruidora do ensino público do governo, e as reformas neoliberais no seu conjunto. O Congresso deve se colocar pelo combate às reformas da educação do governo do PT/Lula e ao conjunto das reformas neoliberais. Defender o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis, fim dos vestibulares e estatização sem indenização de toda a rede privada e seu controle por quem estuda e trabalha.

5) Defender as reivindicações dos estudantes pelo método da mobilização. O Congresso deve aprovar uma resolução de apoio da Ubes à greve nas federais e de exigência do atendimento às reivindicações dos grevistas. Apoio aos movimentos pelo Passe Livre em todo o país e organização de um movimento nacional pelo passe livre a toda a juventude e desempregados.

6) Fortalecer os grêmios livres. O Congresso da Ubes deve aprovar uma resolução pela construção de uma rede de grêmios livres em todas as escolas, e fortalecimento das assembleias de base.

7) Construir uma fração revolucionária de oposição à atual direção da Ubes (PCdoB)

5º congresso dos metalúrgicos do ABC

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC convidou o caudilho Lula para a abertura do 5º congresso e declarou que irá apoiar e defender a reeleição do governo PT/Lula em 2006. Mais uma vez a burocracia sindical traidora irá chamar os operários a apoiarem um governo pró-imperialista, do grande capital e que governa contra a vida das massas exploradas. Como fez no congresso anterior, de agosto de 2003.

O conteúdo das teses apresentadas pela direção do sindicato demonstra sua adaptação total à economia capitalista, algumas inclusive foram preparadas por assessores do governo Lula, que estão sendo convidados a darem palestras na sede do sindicato. Nestas palestras a burocracia sindical e os assessores do governo se revezam na defesa do governo PT/Lula e de suas reformas neoliberais.

Um dos debates realizado pela direção do sindicato foi sobre economia solidária. O convidado foi Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que falou sobre o cooperativismo. No 3º congresso realizado em 1999, a burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC criou a Unisol São Paulo, que passou a assessorar e administrar cooperativas. Hoje, o sindicato administra várias empresas que haviam falido. O sindicato apresenta no caderno de tese do 5º congresso que tem um novo desafio: "entender de produção, de comercialização, de finanças, de mercado, de impostos e de exportação, em fim de gestão de empreendimentos econômicos". Como se verifica, a burocracia sindical tem como tarefa agora se preparar para administrar empresas, ou seja, o capital. A "solidariedade" tão pregada pelo sindicato, na verdade, esconde sua adaptação total à economia capitalista. Com a utopia de que é possível uma nova sociedade, através do cooperativismo, da solidariedade, sem a necessidade de destruir a propriedade privada dos meios de produção e as classes. O sindicato abandonou o método próprio de luta da classe operária que é a ação direta (greves, ocupações etc.) e passou a

adotar a política de acordos sem lutas (parceria com os patrões), que contribuíram para um maior ataque aos direitos dos trabalhadores e a manutenção do sistema de exploração capitalista.

A economia solidária e o cooperativismo fazem parte da política do novo sindicalismo adotado pela direção do sindicato, o chamado "sindicato cidadão". Segundo essa tese, o sindicato não poderia se limitar a organizar as lutas em defesa das reivindicações dos trabalhadores, o sindicato deveria ser propositivo, ou seja, apresentar propostas para solucionar os conflitos tanto nas fábricas quanto na sociedade. A partir desse momento, o sindicato deixou de organizar as lutas em defesa do emprego e dos salários e passou a negociar os acordos de demissão em massa, terceirização e redução de salários.

A tese do sindicato cidadão adotada pela direção do sindicato tem como objetivo obscurecer a realidade, a luta de classes, os interesses opostos que existem entre a burguesia e o proletariado. O mais grave é que como a direção do sindicato passou a administrar empresas e se adaptou ao capitalismo, agora a burocracia sindical aceita as demissões, terceirizações e retirada de direitos impostas pelos patrões sem a menor resistência.

Nós da corrente proletária dos metalúrgicos (POR), que fazemos parte da Oposição Chapa 2 na Volkswagen, apresentamos emendas aditivas e substitutivas ao caderno de teses da burocracia, com o objetivo de desmascarar e combater a burocracia vendida ao capital. Em relação ao sindicato cidadão, apresentamos uma resolução rechaçando todo tipo de conciliação de classe, e em defesa de um sindicato classista, que tenha como política a defesa das reivindicações das massas através das greves, um sindicato que esteja a serviço da luta revolucionária, da emancipação dos explorados, fim da propriedade privada, em fim, do socialismo.

O 5º congresso dos metalúrgicos se encerrará dia 20 de novembro. No próximo jornal faremos um balanço geral.

Nesta edição:

- Levante Estudantil na França
- O POR é o Único Partido Revolucionário na Bolívia
- O Bloco Mineiro Converteu o Parlamento em Tribuna Revolucionária

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Levante Estudantil na França

Há vinte dias, a França vem sendo sacudida por convulsões sociais. Multidões de jovens saem às ruas protestando contra o desemprego e a miséria, que tomaram conta dos bairros e cidades habitados por imigrantes provenientes das ex-colônias como Marrocos, Argélia e Tunísia (chamadas de Magreb). Todas as noites, centenas de carros e prédios públicos são incendiados.

A reação instintiva veio à tona no dia 27 de outubro, em Chichy-sous-Blois, quando dois jovens foram eletrocutados, após perseguição policial. O que aparentemente poderia ser um caso isolado de uma ação policial contra adolescentes, muito comum nas periferias das cidades, transformou-se num movimento nacional, obrigando o governo a pôr às claras sua política repressiva contra os descendentes de imigrantes.

A explosão social ganhou força, provocando manifestações semelhantes em outros países da Europa. Temerosos, os governos se unem para conter a radicalidade e a generalização do movimento. Ocorre que também vivenciam os mesmos problemas de discriminação, o desemprego e outros males da exploração capitalista sobre o contingente de imigrantes. Basta que lembremos o recente assassinato do jovem brasileiro, perseguido e morto pela polícia inglesa.

A rebeldia da juventude nada mais é do que a expressão da decomposição do sistema capitalista. Um regime econômico que não tem como oferecer à maioria da juventude o trabalho, os estudos e as condições necessárias para a existência humana. No pós-guerra (principalmente na década de 50), os imigrantes serviram de mão de obra barata para repor as forças produtivas na França, Alemanha, Inglaterra etc. Hoje, não têm trabalho, são discriminados, perseguidos e uma parte eliminada pelos conflitos.

A violência contra a juventude

A França vem sofrendo as conseqüências do baixo crescimento econômico, que há anos não sai do patamar de 2%. As medidas dos capitalistas e seus governos têm sido de destruição de postos de trabalho, precarização dos contratos e cortes de conquistas sociais. Na tentativa de amenizar o impacto dessas medidas, os governos lançam os chamados projetos de "ajuda estatal", a exemplo dos "Pactos Junior para os jovens sem qualificação e tutorias para a inserção social". Mas não passam de distração. O desemprego cresce e atinge em cheio a juventude pobre.

Pouco antes de 27 de outubro, a França vivenciou uma gre-



ve nacional contra a política econômica do governo e em defesa de melhores salários. A greve de 5 de outubro, que paralisou totalmente o sistema de transporte e as escolas, colocou nas ruas da capital mais de 200 mil manifestantes. Levantando a bandeira contra "ofensiva neoliberal e repressiva", que impõe o desemprego e institui nova forma contratual que permite ao patronato desempregar sem qualquer custo, os manifestantes exigiram que o governo de Villepin tome medidas em favor da maioria explorada.

O desemprego na França atinge 10% população economicamente ativa. É sobre a juventude pobre que recaem os maiores índices: mais de 40%, entre 15 a 25 anos. Os bairros de ex-imigrantes foram transformados em bolsões de miséria. São os subúrbios habitados por maioria descendente de imigrantes vindos do norte da África, Marrocos, Tunísia, Argélia, que enfrentam todos os males oriundos do desemprego. Clichy-sous-Bois, onde iniciou o levante dos jovens, é uma das regiões mais pobres da França.

As condições nesses bolsões de miséria são dramáticas. Faltam escolas, serviços de saúde, não há áreas de lazer e as moradias são verdadeiros cortiços. Depoimentos de jovens de descendência argelina como "a cor da pele já impede achar trabalho, a roupa que você usa, o nome" testemunham a brutal discriminação. Revelam que as escolas são "insuficientes para acomodar todos os alunos e o ensino é medíocre". Outros completam: "não tenho trabalho, respeito, não tenho nada. Tudo o que for do Estado, do governo ou de empresas vai ser queimado". Criticam a imprensa, que deturpa os fatos e a campanha do governo para jogar parte do povo contra as manifestações.

A revolta da juventude oprimida expõe a verdadeira face do conflito. A fome, o desemprego e as péssimas condições de vida impulsionam o choque de classe. As manifestações que comparecem como violentas nada mais são do que uma resposta instintiva à brutal violência do capitalismo sobre as massas.

Governo impõe mais repressão

A conduta fascista do Ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, é parte da política estatal de opressão sobre as massas e, particularmente, sobre os milhões de imigrantes. Não se trata de uma conduta restrita ao levante da juventude. Sarkozy vinha tratando os pobres e ex-imigrantes como “escória”. Por ocasião do despejo em Argenteuil, ocorrido antes do assassinato dos jovens, o Ministro já se referiu à população do subúrbio dizendo que “é preciso se livrar dessa escória”. Por trás do tratamento de “gentalha”, “vândalos”, “traficantes”, “delinqüente” etc, Sarkozy exige medidas mais duras contra os moradores dos subúrbios rebelados.

O governo decretou “estado de emergência”. Determinou o “toque de recolher”. O não cumprimento ocasionará penas que vão desde as multas de 4.400 dólares, prisões de dois meses para os maiores de idade e de um mês para os menores. Expedição de mandado de busca nos domicílios de supostas lideranças do movimento. Os meios de comunicação serão controlados pelas “autoridades”.

O pacote de medidas repressivas é uma tentativa de bloquear o movimento que se alastra. Porém, nada mudou depois da decretação. As manifestações têm crescido por todos os lados. A política de tratar os conflitos sociais como caso de polícia não é de hoje. Mostra a impotência da burguesia diante da crise social.

A máscara da democracia francesa

A França, cantada ainda hoje como berço da república democrática, não faz senão pôr em evidência a ditadura de classe da burguesia, no momento de agudização da crise econômica. O governo de Jacques Chirac despeja o peso da crise sobre a maioria explorada. Acusado de corrupção como prefeito de Paris e absolvido pelos Tribunais, Chirac foi eleito em 2002, no segundo turno, com apoio de partidos socialistas, com o argumento de derrotar o fascismo de Jean-Marie Le Pen. No entanto, aplica parte da política direitista de Jean-Marie Le Pen, que considera os imigrantes a causa dos problemas sociais da França. A política de Chirac é a de corte de recursos aos serviços públicos, ataque à seguridade social e repressão aos pobres dos subúrbios. A frase do Ministro Nicolas Sarkozy de que era

preciso limpar os subúrbios com jatos água a gentalha expressa bem o conteúdo fascizante do governo Chirac.

Com a crise, aumenta a concorrência entre os trabalhadores e cresce a violência racista contra o imigrante. As medidas governamentais de expulsão e de limitação da presença dos imigrantes têm sido impostas na maioria dos países imperialistas, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Políticos franceses exigem que o governo implemente medidas dessa natureza. O Ministro do Interior assumiu essa linha de ataque aos imigrantes.

Levante instintivo

O governo e toda imprensa explicam que o movimento incendiário dos jovens é praticado por gangues, bandos, marginais, desclassificados. É assim que a burguesia procura esconder as conseqüências sociais do capitalismo que se decompõe e que mutila milhões. Esses argumentos logo caíram por terra. Os primeiros atos de queima de carros e depredações no bairro de Clichy-sous-Bois se proliferaram como rastilho de pólvora. Tomaram as periferias e adentraram para os centros das grandes cidades. A mentira do governo se queimou juntamente com milhares de carros incendiados por toda a parte.

A juventude pobre levantou-se instintivamente contra a opressão num movimento radical de ataque à propriedade privada e aos símbolos do capitalismo. Os jovens mostraram toda sua revolta. E indicaram que nada têm a perder. Já não suportam tanta miséria e discriminação racial.

A necessidade do governo decretar “toque de recolher”, porque sua polícia não estava contendo as rebeliões, veio em conseqüência do caráter explosivo das manifestações. A sua origem instintiva (não organizada) responde imediatamente aos limites de suportabilidade da opressão. Esse acontecimento chamou atenção de toda a Europa e do restante do mundo.

As massas jovens tomarão à frente dos levantes anti-capitalistas e das revoluções. É o que diz a insubordinação da juventude oprimida francesa. Trata-se de transformar o instinto de revolta coletiva em consciência de classe. Essa tarefa corresponde ao partido revolucionário do proletariado.

Os levantes que o mundo presenciou na França se esgotam em si mesmos devido à ausência da organização e do programa guia da revolução proletária. Trazem importantes lições para o combate a toda forma de opressão. Mostram que é preciso organizar a juventude sob o programa socialista, que a discriminação racial contra o imigrante é fruto da sociedade de classe e que o fim da mutilação dos pobres depende da destruição do poder econômico da burguesia.

O que dizia o POR há três anos no texto “Por que a juventude deve ser socialista?:

7. A capacidade produtiva latente e a energia criadora da juventude, ao serem bloqueadas e sofrerem mutilações, se convertem em revolta. Na maior parte das vezes, a revolta se expressa como reações individuais e, quando coletivas, são despolitizadas. Mas o importante é que expressam o instinto de revolta contra a opressão vivida. Não se conformam com a miséria, o desemprego, a discriminação, repressão policial e as perseguições. Essas manifestações de rebeldia, tidas como criminosas pela ordem burguesa, são combatidas pela repressão e pela catequese ideológica. A burguesia age no sentido de esva-

ziar o conteúdo social que está por trás das revoltas instintivas dos jovens. São tratadas como desajustes da juventude que não se “esforça” por superar sua condição social, de forma a se incorporar ao trabalho, escola etc. Ao contrário, o instinto de revolta, que se manifesta de maneira caótica e deformada, demonstra que a juventude não aceita passivamente a agressão e violência com que a sociedade de classe atua sobre suas vidas. O problema está em superar o caráter individual e anárquico da contestação. É preciso transformar a revolta instintiva em consciência de classe.

Bolívia

O POR é o Único Partido Revolucionário na Bolívia

Sua prática diária (que é a aplicação do programa marxista-leninista-trotskista na realidade nacional) vai transformando em consciência proletária, em política, o impulso comunista instintivo da classe operária. Conclusão: A luta diária dos operários assalariados, aplicando as reivindicações transitórias, conduz a nação oprimida (explorados e oprimidos) para a revolução social, para a ditadura do proletariado (governo operário e camponês), não para deter-se nessa etapa da transformação da sociedade, mas para culminar no comunismo sem Estado opressor e sem fronteiras nacionais.

Não nos distraímos enunciando algumas abstrações ou consignas tiradas da cabeça. A questão é outra. É na luta cotidiana (tática) que se incorpora a finalidade estratégica da conquista do poder político. Exemplos: A luta popular para acabar com a miséria extrema e o desemprego massivo se vê obrigada a levantar as consignas transitórias do salário mínimo vital (com escala móvel com referência ao aumento do preço das mercadorias) e a escala móvel das horas de trabalho sem diminuição do salário (para absorver a imponente massa de desempregados, dividindo a quantidade de horas de trabalho existentes agora no país entre o conjunto dos operários, empregados e desempregados).

Estas reivindicações transitórias são intragáveis para os empresários capitalistas e só serão impostas quando as massas se

apoderarem dos locais de trabalho. Isso implica que os centros de trabalho e o próprio poder político devem ser tomados pelos operários amotinados, que imporão sua ditadura.

O Partido Operário Revolucionário (sua política, seu programa) expressam a contradição fundamental que atua na base da sociedade capitalista e que é a força que concluirá transformando a envelhecida sociedade capitalista na comunista, ou seja, efetivando sua mudança radical.

Nos referimos ao choque que se agiganta diariamente entre a envelhecida e caduca grande propriedade privada burguesa dos meios de produção e a propriedade social, que será convertida em lei pela ditadura proletária.

Esse é o processo de transformação da sociedade em que atuamos.

A burguesia, o imperialismo (que encarnam a grande propriedade) recorrem às farsas eleitorais, às reformas do ordenamento jurídico e até às quarteladas, para defenderem seu poder econômico, que prende os recursos naturais e a força de trabalho, esse é o objetivo materializado pela grande propriedade burguesa.

Nossa luta está em utilizar a propriedade social para sepultar a grande propriedade privada burguesa.

(extraído do jornal 'Masas' boliviano nº 1969 de 21/10/2005)

Arquivos do POR Boliviano

O Bloco Mineiro Converteu o Parlamento em Tribuna Revolucionária

Assim materializou-se um dos objetivos leninistas, quando todos os setores parlamentaristas, incluindo o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR - estalinista), se empenham em chegar ao Legislativo com a pretensa finalidade de resolver os problemas do país e a miséria das camadas populares.

Para o Partido Operário Revolucionário da época, um dos obstáculos que chocava com seu trabalho no seio das massas operárias e populares era a ilusão popular sobre as bondades do eleitoralismo e das atividades parlamentares.

O Bloco Mineiro Parlamentar ganhou as eleições de 5 de janeiro de 1947 nos distritos mineiros. Da Câmara de Deputados e do Senado lançou uma vigorosa e planificada campanha propagandística, baseada nas famosas "Teses de Pulacayo", aprovada no Congresso Extraordinário da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) de 8 de novembro de 1946.

As Grandes Mineradoras, ao constatar o fracasso das pressões e tentações no campo do carreirismo político e econômico, gritou alarmada que a ameaça comunista estava atuando e pressionou "seu" governo para que aplicasse medidas repressivas extremas. A ordem foi cumprida imediatamente. Não havia a menor dúvida de que os organismos de inteligência dos Estados Unidos se apressaram em coadjuvar as medidas que o governo e a polícia vinham executando na Bolívia. Os parlamentares marxistas foram expulsos do Legislativo, perseguidos, exilados, presos, confinados. A repressão chegou ao

extremo de assassinar dirigentes e agitadores trotskistas.

Transcrevemos de "La Razon" de La Paz de 28 de março de 1951 o seguinte testemunho.

O Doutor Balcazar Reclama do Deputado Guillermo Lora

O presidente do Congresso Nacional, Senhor Juan Manuel Balcazar enviou ao chefe do Poder Executivo, Sr. Mamerto Urriolagoitia a seguinte nota:

"Excelentíssimo senhor:

Devo agregar esta nota à do dia 13 do presente mês, não contestada ainda.

O Deputado Guillermo Lora foi exilado, mais uma vez no dia de ontem. Apesar de haver burlado a determinação do juiz, que lhe concedeu liberdade, se atentou contra suas imunidades. Tão graves fatos, reveladores de nossa restrita cultura cívica, requerem uma imediata e severa sanção para quem ordenou e executou semelhantes atos.

Nessa oportunidade e sempre, velando pelas garantias que devem rodear os representantes nacionais, me permito insistir em meu pedido para que dite medidas para o regresso do Senador Lechin e dos deputados Arze, Sanjines, Torres, Rojas, Simons e Lora em cumprimento com as disposições constitucionais".

(extraído do jornal 'Masas' boliviano nº 1969 de 21/10/2005)